

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 27

1. Introdução e aspectos críticos	27
2. Do conceito de execução trabalhista	29
3. Princípios da execução trabalhista	31
3.1. Conceito e importância	31
3.2. Dos princípios da execução trabalhista em espécie	35
3.2.1. Primazia do credor trabalhista	35
3.2.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado	36
3.2.3. Princípio do título	37
3.2.4. Redução do contraditório	38
3.2.5. Patrimonialidade	41
3.2.5.1. A questão da prisão do devedor de verba alimentar	41
3.2.6. Efetividade	43
3.2.6.1. Direito fundamental à tutela executiva ...	43
3.2.7. Disponibilidade	46
3.2.8. Princípio da instrumentalidade das formas	46
3.2.9. Função social da execução trabalhista	47

3.2.10.	Subsidiariedade	49
3.2.10.1.	Da aplicação subsidiária da Lei n. 6.830/80 à execução trabalhista	50
3.2.11.	Princípio da duração razoável do processo na execução	52
3.2.12.	Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético).....	57
3.2.13.	Princípio do impulso oficial	59
3.2.14.	Princípio da proporcionalidade	64
3.2.15.	Princípio da cooperação	66
4.	Da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil na execução trabalhista e as lacunas da Consolidação das Leis do Trabalho.....	68
4.1.	O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho	68
4.2.	As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do CPC... ..	71
4.3.	Interpretação e aplicação das normas que regem a execução trabalhista.....	83
5.	Competência para a execução trabalhista	85
6.	Regras de direito intertemporal e a vigência da Lei n. 13.467/17	87
7.	Da prescrição na execução trabalhista.....	91
7.1.	Conceito de prescrição	91
7.2.	Da prescrição intercorrente	93
8.	Da conciliação na execução trabalhista	104
9.	Da audiência de conciliação na execução trabalhista	107
9.1.	Da audiência telepresencial na execução trabalhista	110
10.	Requisitos preliminares da execução trabalhista (pressupostos processuais e condições da ação executiva).....	114
10.1.	Pressupostos processuais da execução	114
10.2.	Das condições da ação.....	116
11.	Das condições da ação em espécie.....	118

11.1.	Legitimidade	118
11.2.	Legitimidade ativa	118
11.3.	Da legitimidade ativa do espólio e sucessores	120
11.4.	(Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista	121
11.5.	Do sub-rogado	125
11.6.	Legitimidade passiva	125
11.7.	Interesse processual.....	126
11.8.	Possibilidade jurídica do pedido	128
12.	Do mérito da execução.....	129
13.	A postura do Juiz do Trabalho diante da execução	130
14.	Medidas executivas atípicas	134
14.1.	Conceito e constitucionalidade.....	134
14.2.	O art. 139, IV, do CPC.....	138
14.3.	Requisitos necessários para as medidas atípicas	139

CAPÍTULO II

DA BOA-FÉ DAS PARTES NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 147

1.	Dos deveres das partes e procuradores	147
2.	Da litigância de má-fé no processo do trabalho.....	152
3.	Da fraude à execução no processo do trabalho.....	153
4.	Da fraude à execução e fraude contra credores	158
5.	Do ato atentatório à dignidade da justiça	161
6.	Do assédio processual na execução trabalhista	163
6.1.	Da reparação do assédio processual na execução tra- balhista	171

CAPÍTULO III

DOS TÍTULOS EXECUTIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 175

1.	Conceito e requisitos do título executivo	175
2.	Títulos executivos judiciais previstos na CLT	179
2.1.	Sentença trabalhista transitada em julgado.....	179
2.2.	Sentença trabalhista pendente de julgamento de recurso recebido apenas no efeito devolutivo.....	182
2.2.1.	A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária	182
2.3.	Acordos homologados pela Justiça do Trabalho	188
3.	Títulos executivos extrajudiciais trabalhistas	188
3.1.	Os termos de ajustes de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho	188
3.2.	Os termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia.....	190
4.	Títulos executivos não previstos na CLT que podem ser executados na Justiça do Trabalho	191
4.1.	Judiciais.....	191
4.1.1.	Sentença penal condenatória que atribui responsabilidade penal ao empregador, transitada em julgado	191
4.1.2.	Termo de homologação de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E da CLT).....	193
4.1.3.	Sentença arbitral.....	197
4.2.	Títulos extrajudiciais previstos no CPC.....	200
4.2.1.	A certidão de inscrição na dívida ativa da União referente às penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	200
4.2.2.	Títulos de crédito oriundos ou decorrentes da relação de trabalho podem ser executados na Justiça do Trabalho	201

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 207

1. Conceito	207
2. Da responsabilidade patrimonial secundária.....	208
3. Dos responsáveis secundários na execução no processo do trabalho (hipóteses típicas)	209
3.1. Sucessão de empresas (empregadores).....	209
3.2. Da responsabilidade do sócio	216
3.2.1. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica	218
3.3. Da responsabilidade do sócio retirante.....	227
3.3.1. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	234
3.3.1.1. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	238
3.4. Bens do cônjuge	243
3.5. Da responsabilidade do devedor subsidiário	247
3.5.1. Da responsabilidade solidária da empresa integrante do consórcio de empregadores.....	249
3.5.2. Da responsabilidade subsidiária nos contratos de franquia.....	252
3.6. Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento	255
3.7. Da responsabilidade do devedor subsidiário que não participou da fase de conhecimento.....	265

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO 271

1. Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica ..	271
2. Da liquidação por cálculos no processo do trabalho	277
3. Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente?	279

4. Liquidação por arbitramento.....	281
5. Liquidação por artigos (pelo procedimento comum).....	282
6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista	284
7. Da perícia na liquidação	285
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho	293
9. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade	295
10. A questão dos juros e correção monetária dos créditos trabalhistas.....	298

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 311

1. Conceito e importância	311
2. A execução provisória do processo civil e sua aplicabilidade no processo do trabalho	315
3. Da penhora de dinheiro na execução provisória.....	322
4. Execução provisória de obrigação de fazer	324

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 327

1. Introdução e o Procedimento da CLT.....	327
2. Da liberação do depósito recursal antes do início da execução (art. 899 da CLT).....	329
3. Do início da execução trabalhista e da citação do executado	331
4. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC e sua aplicabilidade no processo do trabalho	336
4.1. Do art. 523 do CPC	336

4.2.	Da aplicabilidade do art. 523 do CPC ao processo do trabalho. Por uma mudança de mentalidade no caminho da efetividade e celeridade processuais	337
4.2.1.	Da aplicabilidade da multa do art. 523 do CPC na execução provisória no processo do trabalho	342
5.	Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho	342
6.	Protesto extrajudicial da sentença trabalhista.....	345
7.	Da certidão negativa de débitos trabalhistas	349

CAPÍTULO VIII

DA PENHORA 353

1.	Conceito e natureza jurídica.....	353
2.	Dos efeitos da penhora	354
2.1.	Do tempo e local da penhora.....	355
3.	Da importância da penhora para a execução.....	358
4.	Indicação de bens. Ordem de penhora. Construção e garantia do juízo	359
4.1.	Ferramentas eletrônicas para a efetividade da penhora (Convênios).....	363
5.	Do auto de penhora	374
6.	Dos bens impenhoráveis	375
6.1.	Impenhorabilidades previstas no Código de Processo Civil e aplicação no Processo do Trabalho	376
6.2.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	378
6.3.	Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida....	382

6.4.	Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	382
6.5.	Os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal	382
6.6.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado	385
6.7.	O seguro de vida	386
6.8.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	387
6.9.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	387
6.10.	Os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra	388
6.11.	Verbas de natureza pública para pagamento de trabalhadores de empresas privadas	388
6.12.	Bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas	389
7.	Da impenhorabilidade do bem de família	390
8.	Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias	403
9.	Da penhora de salário	410
9.1.	Da penhora da quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos	415
10.	Penhora de bens imóveis	416
10.1.	Da penhora do imóvel em condomínio (indivisível)	419
10.2.	Do registro da penhora do imóvel e consequências	422
10.3.	Da penhora do imóvel hipotecado	424

10.4. Fraude à execução (terceiro de boa-fé e a penhora de bem imóvel).....	427
11. Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia	432
12. Penhora de bem gravado com <i>leasing</i>	434
13. Penhora de faturamento	435
14. Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial	436
15. Penhora de crédito	438
16. Penhora no rosto dos autos	439
17. Substituição de penhora.....	441
18. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho).....	443
18.1. Reunião de execuções em face do devedor comum	446
19. Do arresto cautelar (art. 830 do CPC).....	449
20. Da avaliação dos bens penhorados.....	450
21. Do depósito dos bens penhorados e o depositário	452
22. Depositário infiel – prisão determinada pelo Juiz do Trabalho	456

CAPÍTULO IX

MODALIDADES DE DEFESA NA EXECUÇÃO DO EXECUTADO

E DE TERCEIROS..... 463

1. Embargos à execução (título executivo judicial).....	463
2. Do conteúdo dos embargos à execução.....	468
2.1. Nulidade da citação se o processo correu à revelia	468
2.2. Prescrição da dívida	469
2.3. Cumprimento da decisão ou quitação da dívida	470
2.4. Inexigibilidade do título	470
2.5. Penhora incorreta ou avaliação errônea	470
2.6. Excesso de execução	470

2.7.	Inexigibilidade do título em razão do dispositivo em que se baseava ter sido declarado inconstitucional (§ 5º do art. 884 da CLT)	473
2.8.	Impugnação à liquidação	477
2.9.	Matérias de ordem pública.....	478
2.10.	Do procedimento dos embargos à execução.....	478
2.11.	Embargos à execução por título executivo extrajudicial ..	483
2.12.	Do requerimento de parcelamento da execução pelo executado (art. 916 do CPC) e sua compatibilidade com o processo do trabalho	485
3.	Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho.....	487
4.	Dos embargos de terceiro	495

CAPÍTULO X

DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS NO PROCESSO DO TRABALHO E

DISPOSIÇÕES FINAIS DA EXECUÇÃO 505

1.	Da Hasta Pública	505
1.1.	Formalidades da Hasta Pública.....	507
2.	Expropriação	510
3.	Alienação por iniciativa particular.....	511
4.	Alienação por leilão eletrônico.....	512
5.	Arrematação – Conceito e legitimidade para arrematar	514
5.1.	Da arrematação parcelada de bens.....	517
5.2.	Ônus e dívidas que gravam o bem arrematado.....	519
6.	Adjudicação.....	522
6.1.	Da adjudicação antes da Hasta Pública.....	524
7.	Remição da execução	527
8.	Remição de bens.....	530
9.	Prioridade da expropriação no processo do trabalho.....	531

10. Lance mínimo.....	531
11. Lance vil.....	532
11.1. Lance vil no processo do trabalho.....	533
11.2. Impugnação da expropriação no processo do trabalho ...	536
12. Suspensão e extinção da execução no processo do trabalho	539
13. Suspensão da execução no curso de ação rescisória.....	541
13.1. Possibilidade de suspensão da execução ou relativização da coisa julgada em razão do estado de força maior provocado pela pandemia do Coronavírus	542
14. Custas e despesas processuais na execução trabalhista	549
15. A questão dos honorários advocatícios na execução trabalhista....	552

CAPÍTULO XI

DOS RECURSOS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA 565

1. Agravo de petição	565
1.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia	574
1.2. Procedimento	577
2. Recurso de revista.....	577
2.1. Requisitos específicos do recurso de revista.....	581
2.2. Hipótese de cabimento na execução de sentença	589
2.2.1. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas.....	596
2.2.2. Admissibilidade do Recurso e Saneamento de nulidades	597
2.3. Transcendência no recurso de revista	599
2.4. Efeitos do recurso de revista	610
2.4.1. Devolutivo.....	610
2.4.2. Efeito suspensivo	611

3.	Dos embargos de declaração	612
3.1.	Conceito e natureza jurídica	612
3.2.	Hipóteses cabíveis	613
3.3.	Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo) ..	616
3.4.	Embargos de declaração em face de decisão interlocutória.....	616
3.5.	Embargos de declaração e contraditório	617
3.6.	Embargos de declaração protelatórios e multa	618
3.7.	Embargos de declaração e prequestionamento	620
3.8.	Do processamento dos embargos de declaração.....	620
4.	Agravo de instrumento	622
5.	Do recurso extraordinário na execução trabalhista.....	626
5.1.	Efeitos do recurso extraordinário na execução da sentença trabalhista	632

CAPÍTULO XII

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 635

1.	Execução da parcela previdenciária	635
1.1.	Da competência	635
1.2.	Do procedimento da execução previdenciária	640
2.	Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial	656
2.1.	Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas	669
2.1.1.	Execução em face de devedores solidários e subsidiários na falência e recuperação judicial ...	672
2.2.	Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial.....	676
3.	Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho.....	678

4.	Execução em face da Fazenda Pública.....	683
4.1.	Conceito e introdução.....	683
4.2.	Procedimento na Justiça do Trabalho	687
4.3.	Dos créditos de pequeno valor.....	695
5.	Da execução de parcelas sucessivas	698
6.	Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho	699
7.	Ação anulatória	709
8.	<i>Habeas corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	713
8.1.	Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho.....	715
8.2.	Competência funcional e procedimento.....	717
9.	Ação Monitória	719
9.1.	A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho.....	726
9.2.	Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Tra- balho	730
10.	Mandado de Segurança.....	731
10.1.	Conceito de Mandado de Segurança	731
10.2.	Do direito líquido e certo.....	733
10.3.	Das competências material e funcional para o Mandado de Segurança	736
10.4.	Mandado de Segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista	739
10.5.	Procedimento do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho	740
10.6.	Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia	746
10.7.	Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança ...	748
10.8.	Do prazo para interposição do mandado de segurança...	748
11.	Correição parcial	750

12. Execução da decisão que concede a tutela antecipada no processo do trabalho.....	753
13. Da tutela cautelar na execução trabalhista	756
13.1. Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho na execução.....	758
13.2. Do procedimento da tutela cautelar no processo do trabalho	759

CAPÍTULO XIII

LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 765

1. Do conceito de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	765
2. Da natureza da decisão proferida em ações coletivas para a defesa de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos..	770
3. Liquidação e execução dos direitos difusos e coletivos	771
4. A liquidação da decisão para interesses individuais homogêneos	773
5. A execução dos interesses individuais homogêneos.....	784

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 787